Alterações na Legislação das contribuições ao PIS e da COFINS na alienação de participação societária

Dentre as alterações na legislação referentes às contribuições ao PIS e à COFINS implementadas pela Medida Provisória 651 de 09 de setembro de 2014 – MP nº 651/14 destaque a adequação da redação legislativa à atual classificação contábil dos ativos.

Com efeito, a redação do inciso IV do parágrafo 2º do artigo 3º da Lei nº 9.718/97 foi alterada para prever que devem ser excluídas da base de cálculo das referidas contribuições “os valores decorrentes da venda de bens do ativo não circulante, classificado como investimento, imobilizado e intangível”, em substituição à redação anterior que previa “ativo permanente”.

Outra alteração da legislação aplicável às contribuições ao PIS e à COFINS refere-se à alienação de participação societária.

De acordo com tal alteração, as receitas de alienação de participação societária classificadas em ativo circulante passam a ser tributadas única e exclusivamente pela sistemática cumulativa de apuração das contribuições ao PIS e à COFINS, independentemente da sistemática a que esteja sujeita a pessoa jurídica que auferiu a referida receita, devendo tributá-la pelo PIS, através da alíquota de 0,65% e, no que se refere à COFINS, a alíquota foi majorada em 1%, sendo aplicada a alíquota de 4%.

A MP nº 651/14 prevê, ainda, em relação à alienação de participação societária classificada em ativo circulante, que o custo de aquisição dessa participação possa ser abatido da receita de alienação para fins de cálculo das contribuições devidas (como visto, de acordo com a sistemática cumulativa de tributação). Ou seja, o ganho de capital apurado pela venda de participação societária passa ser tributado mediante a aplicação da alíquota total de 4,65%.

A despeito disso, a nosso ver, o ganho de capital decorrente de alienação de participação societária classificada em ativo circulante somente será tributado pelas contribuições ao PIS e à COFINS na hipótese de corresponder à atividade ou objeto principal da pessoa jurídica.

Essas novas disposições entram em vigor em 1º de janeiro de 2015.